

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 29 de junho de 2022 - Ata n.º 62.

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, às oito horas e vinte e três minutos, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.^s Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.^º Secretário) e **Adelino Ribeiro** (na função de 2.^º Secretário), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **62.^a Sessão Ordinária da 4.^a Sessão Legislativa da 19.^a Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, damos início à nossa Sessão Ordinária desta quarta-feira. Solicito ao 2.^º Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.^º SECRETÁRIO (Deputado Adelino Ribeiro – PSD): (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.^º 61, de 28 de junho de 2022.) Era o que tinha, Deputado Ademar Traiano.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.^s Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.^º Secretário se há expediente a ser lido. Não há expediente. Vamos de imediato ao Pequeno Expediente. Primeiro orador, Deputado Soldado Fruet.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, queria pedir *pela ordem* antes do Deputado Soldado Fruet falar. Queria na verdade registrar, Excelência, a participação, representando oficialmente a Assembleia Legislativa, embora com as despesas pagas pela instituição, não a Assembleia, pela instituição mundial, a Deputada Maria Victória está participando da Cúpula Mundial da Família, em Genebra, representando a Assembleia Legislativa e também representando o Estado do Paraná, representando e falando sobre as políticas públicas executadas pelo Governo do Paraná e pela Prefeitura de Curitiba. Ações e práticas que vêm justamente demonstrar como o nosso Estado trabalha com os conceitos da sustentabilidade – tanto econômica quanto social – e ao mesmo tempo detalhando programas de Governo que são programas de Estado. E o fato concreto é que esse registro eu faço porque a Deputada Maria Victória ela é como uma embaixadora da Assembleia Legislativa, ela sempre atua de forma muito vigorosa na apresentação do Parlamento e, obviamente, falando das coisas do Estado do Paraná. Por isso ela está ainda em Genebra. Ela sempre traz relatórios detalhados, mas não posso deixar de registrar, aqui, o brilhantismo da Deputada Maria Victória e a sua participação em Genebra nesse evento da Cúpula da Organização Mundial da Família e efetivamente falando sobre temas importantes, especialmente como reduzir desigualdades, sobre políticas públicas que reduzam a desigualdade. Registrar aqui a satisfação de ver nossa embaixadora fazendo um papel tão bonito em Genebra.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^{os} Deputados: Soldado Fruet; Galo; Mabel Canto; Dr. Batista; e Professor Lemos.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, poderia recuperar meu tempo aí? Perdi dois segundos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vou lhe dar mais quatro segundos.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Ok. Esse é um tempo que a polícia tem para pensar: atira ou não atira. Esse é o tempo. Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, amigos aqui presentes. Quero perguntar a todos vocês paranaenses quando que a Copel vai pagar a vocês em dividendo? Porque amanhã, dia 30, a Copel, segundo a propaganda do Governo – que é do povo paranaense – irá pagar mais de R\$ 1 bilhão e 800 milhões em dividendos e juros sobre capital próprio. Mas se os dividendos são pagos aos acionistas, donos da Copel, por que nós, paranaenses, povo paranaense que somos da propaganda do Governo como donos da Copel, não vamos receber nada? Simples: nada recebemos porque para o Governo só servimos para pagar as contas cada vez mais altas e assim, claro, garantir aos milionários salários dos diretores e os bilionários dividendos aos acionistas, em sua maioria aí grandes empresários de fundo de pensão pertencentes a bilionários. Felizmente a nossa denúncia ecoou na imprensa, e o Governador de propaganda enganosa, Ratinho Junior, viu-se obrigado a cancelar um bônus de quase 4 milhões que seriam pagos aos seus amigos diretores da Copel. Vocês viram as cifras, Deputados: milhões para lá, para cá, bilhões para lá e o povo do Paraná sofrendo em pagar religiosamente, mês após mês, suas contas de luz cada vez mais pesadas. Para o Governo já mostrei diversas vezes que a energia elétrica pode ser mais barata no Paraná, basta que o lucro, em vez de ir para os bolsos dos bilionários e para os cofres do Estado, seja utilizado na redução das contas. É legal reduzir, a lei permite reduzir o repasse aos acionistas para 25% de lucro, mas não entendo porque que esse Governador, tão bondoso aos multimilionários, repassa 65% dos lucros aos acionistas, sendo que ele poderia passar somente 25%. Mas ele passa 65%! Também ao Governador, o STF, já falei aqui em Plenário, que o STF decidiu ser legal a cobrança de ICMS sobre energia como serviço essencial. Ou seja, reduziu de 29 para 18%. Duas simples assinaturas do Governador podem reduzir as contas de luz de todos os paranaenses – dos mais humildes aos mais ricos, do pequeno comerciante à maior indústria. Todos ganhariam, inclusive, até o Governo, pois esse dinheiro que sobraria seria usado pelos paranaenses em outras compras e serviços, gerando impostos para o Estado da mesma forma. Mas para pensar assim é necessário ter

duas coisas que o nosso Governador não tem: pensar e atitude. Fica aqui nossa repulsa a mais esse ato absurdo da Copel. Distribuição de R\$ 1 bilhão e 800 milhões que pertencem, sim, ao povo paranaense. Vai para o bolso desses grandes acionistas aí da empresa. Outro assunto, Sr. Presidente, que me causa repulsa, é este Projeto de calamidade pública que o Governador quer aprovar aqui. A desculpa é que têm algumas UTIs que foram feitas sem licitação. Então, por que não fez um documento, alguma coisa somente para esses leitos de UTI? Não, calamidade pública no Paraná inteiro. Então, realmente, comprova que o Ratinho Junior é um tremendo de um mentiroso quando propagandeia que as indústrias do Paraná estão bem, emprego está bom, estamos ganhando dinheiro pra caramba! E estamos em calamidade pública? Isso aqui, gente, é uma desculpa, é uma desculpa para quê? Para ter as benesses da lei para realizar compras diretas, para manipular orçamento, desrespeitar as metas de falsa alegação de calamidade e para dispensar licitação em saúde. Então, quando esse Projeto for votado aqui e for aprovado com toda certeza – porque o Governo tem a Base aqui – vamos entrar com uma ação no Tribunal por constitucionalidade. Não tem, não juntaram os contratos dessas UTIs que eles falam que é por causa disso. Cadê os contratos? Vamos assinar de novo um cheque em branco para o Governador? É isso? Esta Casa tem que ter mais respeito. Esta Casa aqui é uma Casa de Leis, o povo nos elegeu para isso. Agora vamos dar um cheque em branco “calamidade pública no Paraná”! Realmente, realmente o Paraná está em calamidade, mas com essas ações desse Governo mentiroso e demagogo que temos aqui. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, membros da Mesa Diretora e a todos que se encontram aqui buscando o que é justo nas suas reivindicações e Deus nos abençoe que o melhor para vocês aconteça.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Deputado Galo, respeitosamente, peço *pela ordem*. Presidente, parece que acabaram de convocar uma reunião da CCJ agora...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não, a reunião da CCJ já encerrou, Deputado.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Não. Participei agora e convocaram outra neste momento durante a Sessão Ordinária. Não sei se isso pode, acho que não pode. Estamos aqui no Plenário. Desculpa, Deputado Galo, só para esclarecer isso, era emergencial.

DEPUTADO GALO (PP): Não é necessário recompor meu tempo não, Presidente. O assunto não era esse...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): A CCJ foi marcada, mas é para depois da Sessão Ordinária, Deputado.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Parece que está sendo realizada agora. Mas se estiver sendo realizada agora, não pode? Só isso que gostaria de saber.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Realmente não pode, mas acredito que não. Vou fazer a checagem. Pois não, Deputado Galo, vou...

DEPUTADO GALO (REP): Não precisa recompor, Presidente. Não, não precisa recompor, até por respeito aos colegas que estão aqui. Recebi até uma mensagem aqui e não sei quem é: *Olá, Galo, sou amigo do Junior da Construtora.* Estou tentando qual dos *Juniores*: será que é o Souza ou Abarante ou Ismael. Tem três *Junior*, mas, de toda sorte, não precisa ser amigo do *Junior*, basta estar aqui na Assembleia que respeitamos com todo carinho e tomara que seja dado aquilo que vocês estão buscando, pois é merecedor. Neste momento, Sr. Presidente, aqui me encontro para dizer o seguinte: hoje estou aqui para dar os parabéns ao Dr. Marcelo, que é Diretor-Presidente da Fundepar. Por que quero

dar os parabéns a ele, que está no comando da Fundepar, o Dr. Marcelo Pimentel Bueno? Foi falado de construtor, o Dr. Marcelo é engenheiro, e eu descendo também de vários membros da minha família de engenheiros. O que é a Fundepar? A Fundepar é que administra praticamente todos os pleitos da educação no Estado do Paraná. E esse jovem engenheiro, quando assumiu a Fundepar, ele mudou os rumos. Ele é um dos grandes parceiros que o Deputado Galo tem em prol da educação no Estado do Paraná no que diz respeito a espaços físicos. Então, Dr. Marcelo, aos 60 anos da Fundepar, receba aqui o meu reconhecimento, receba meu reconhecimento, meu carinho e o meu agradecimento em nome dos pais, em nome dos alunos, dos professores de tantas escolas que V.Ex.^a ajudou a este Deputado. Este negrinho, aqui, forjado na rua, meio maloqueiro não tem, não tem meio maloqueiro então sou maloqueiro e *vou para a porrada* em qualquer momento sem problema nenhum em nome do meu povo. Então, senhoras e senhores, Dr. Marcelo, você é muito querido. Cumprimento-o do fundo da minha alma em nome do povo simples, dos alunos, do professorado, em especial daquela escola parada há 20 anos na Ilha dos Valadares. Marcelo, você conseguiu. Você, com o Galo, foi buscar o dinheiro. Governador Ratinho Junior deu ok e a escola está quase pronta e será uma das mais modernas do Estado do Paraná. Numa Ilha, na minha querida Ilha dos Valadares. Parabéns, Fundepar. Parabéns, Dr. Marcelo, pelos 60 anos. Dito isso, perdão, quero voltar aqui porque o meu querido Marcio Nunes foi uma das pessoas, como Deputado – você estava como Secretário –, quando bati na porta do Marcio Nunes: *Marcio, e a Escola Cidália?* Ele falou: *Galo, me dá o projeto.* Ficou dois dias com o projeto e veio a ligação: *Pode procurar o Marcelo, estamos viabilizando o dinheiro.* Você é um querido, você é muito amigo do Litoral, você não vê Partido, não vê cor. Você vai para cima do que é bom para o povo, meu querido Marcio Nunes. Você é um dos grandes Deputados que o Estado do Paraná tem. É um prazer aprender com V.Ex.^a. Senhores policiais, deixa eu dizer uma coisa para vocês: a minha caneta tem tinta, sim. Todo Deputado tem tinta na caneta e o Deputado tem que ter consciência. Sou aliado do Governo do Estado do Paraná, mas não sou alienado. Estarei, hoje, procurando seguir a reivindicação

dos senhores e das senhoras que aqui se encontram. E vocês verão, vocês verão no resultado e aí vocês vão entender quando digo que fui forjado na rua, que a rua tem uma lei: ou é ou a *porrada come*. Muito obrigado, Excelência.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Mabel Canto.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Bom dia, Presidente. Bom dia, Deputadas. Bom dia, Deputados e a todos que nos assistem. Quero trazer aqui hoje o plantão da saúde. Plantão da saúde de Ponta Grossa e dos Campos Gerais. No final da tarde de ontem: UPA Fantasma Santana, Ponta Grossa, uma UPA que não tem credenciamento no Ministério da Saúde, que é UPA só no nome. Catorze pacientes aguardando leitos, encaminhamento e transferência. Catorze pacientes! Destes, um com fratura no braço, há 12 dias esperando uma transferência. Outro, há 11 dias. Outro com pneumonia, oito dias. Outra paciente com fratura de colo de fêmur, há nove dias aguardando leito de transferência. Esta é a realidade, o verdadeiro plantão da saúde de Ponta Grossa, que não sai na propaganda da Prefeitura, que não sai na propaganda do Governo, que não sai naquela propaganda de que 91% dos pacientes que precisam de transferência, que precisam de um leito neste Estado, são transferidos em até 24 horas. Essa é a realidade da saúde na nossa cidade e lá na nossa região, do Governo do 55, com o Governo Municipal do 55, aliados do Governador, que fecharam o Pronto-Socorro Municipal, que fecharam o Pronto-Atendimento Infantil na nossa cidade e que agora temos o caos instalado lá na nossa cidade. O Governo dos aliados, daqueles que fecham as portas da saúde dos Campos Gerais e que nada estão fazendo para melhorar. Hoje, estou vendo aqui que vamos votar o Projeto de calamidade, Deputado Goura, para estender a calamidade. Ah, parece que ainda estamos na pandemia! Até acho que estamos vivendo uma calamidade na saúde em Ponta Grossa, não tenho a menor dúvida disso. E, honestamente, até quero votar com o Governo, porque se é saúde, então, vou votar; se é para melhorar a vida da população, vou votar, mas quero saber e quero pedir para a Liderança, para realmente decidir o meu voto até o final da Sessão, quero saber quais são os

quatro contratos que não vieram na justificativa do Projeto, quais são os contratos, que leitos são estes, aonde estão esses leitos, quais repasses fundo a fundo para a área da saúde são esses que estão no Projeto da calamidade. Se me trouxerem e se me disserem que vão resolver isso aqui, vão resolver os 14 pacientes que estão em Ponta Grossa esperando por um leito, aí voto a favor, com toda a certeza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Dr. Batista.

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): Senhor Presidente Deputado Ademar Traiano, 1.º Secretário Deputado Luiz Claudio Romanelli, 2.º Secretário em exercício Deputado Adelino Ribeiro, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, senhores que nos visitam. Senhor Presidente, venho aqui para falar de um assunto muito importante do que se tange à saúde. Quando se fala de saúde, é muito fácil falar de saúde, ainda mais nesta época. Nesta época é muito fácil de falar de saúde. Nós que praticamos saúde, nós que estamos na ativa, que somos cirurgiões, que operamos, eu que estou na frente dos hospitais há 40 anos aproximadamente, 40 anos sempre vendo os prontos-socorros cheios, os corredores cheios. Não é novidade para ninguém que o grito maior é: está faltando médico, está faltando enfermagem, fisioterapeuta. Delegado Fernando, não é verdade. Não é verdade. Quer dizer que se estiver faltando, em cada esquina vamos abrir uma faculdade de Medicina agora, em cada canto uma faculdade de medicina. Médico é mexer com gente, é salvar vidas, é pôr a mão no paciente. Existem protocolos, às vezes, de patologias que têm que esperar um processo inflamatório regredir para depois ter o ato cirúrgico, o colega médico fazer isso. Tive a satisfação de participar outra vez de um Congresso Internacional, desta vez em São Paulo, *on-line*, nesse final de semana, que todos vieram a um curso reconhecido mundialmente, o famoso Gastrão do Hospital das Clínicas de São Paulo, da USP, do Colégio Brasileiro de Cirurgia Digestiva, na qual somos especialistas com título de lá. E quando estamos ouvindo falar de saúde, temos que falar com propriedade, com conhecimento, e nesse Gastrão, nesse Gastrão, vimos professores do mundo

inteiro, Sr. Presidente Deputado Ademar Traiano, mostrando os novos equipamentos, os novos tratamentos, o empenho, principalmente desses corajosos médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, que trabalharam, arriscaram a sua própria vida, e nos incluímos durante esta pandemia, durante essa pandemia que tantas vidas foram ceifadas. Então, para falar de saúde, Sr. Presidente, é muito importante falar com conhecimento de causa, e esse curso Gastrão, 49.^º curso, o ano que vem, vamos comemorar o 50.^º, 50, Dr. Fernando, nosso Delegado, Nelson Justus, 50 anos, no qual quero estar presente, não vou fazer *on-line*. E sabemos que a saúde é feita com amor, carinho e respeito. Oh, Gilberto Ribeiro, como é fácil, Deputado, fazermos um trabalho quando saímos aqui da Assembleia, e estamos todas as quintas-feiras, às 7 horas da manhã, dentro do centro cirúrgico da Santa Casa, fazendo várias cirurgias e acompanhando os nossos pacientes de perto. Isso é fazer saúde com amor. Quando enfrentamos a pandemia, claro, tomamos todas as vacinas, estávamos arriscando a própria vida. Então, por isso que vim aqui, Sr. Presidente, não vou usar todo esse tempo, para parabenizar os grandes professores aqui de Curitiba, que deram aula, assisti *online*, no Gastrão, em São Paulo. Ou seja, temos professores qualificados no Estado do Paraná, temos profissionais qualificados em todas as áreas – enfermagem, técnico de enfermagem, fisioterapeutas –, que fazem um trabalho brilhante no Estado do Paraná. Existem as dificuldades? Claro. A Medicina é um ditado: nem sempre e nem nunca. Nem sempre e nem nunca. Ou seja, hoje está bom, amanhã não está. O pronto-socorro está vazio, amanhã tem 300 pessoas, e assim tocamos a vida como profissional da saúde o tempo todo. E a todos os policiais presentes, que se fazem presentes, podem contar com todos estes Deputados aqui, que olham com bons olhos para nossa polícia. E quem quer saber, nesses 16 anos, pergunte ao 4.^º Batalhão, à Polícia Civil de Maringá e de toda região, o trabalho que faz o Dr. Batista perante a Polícia Militar e perante a Polícia Civil, e todos os policiais de modo geral. A todos uma boa sorte! E vamos votar o Projeto e vamos ajudar a nossa polícia do Estado do Paraná. Muito obrigado, Sr. Presidente! É só até então.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo em que cumprimento toda a população que acompanha a nossa Sessão. Um cumprimento especial aos servidores e servidoras que estão presentes aqui na Assembleia hoje. Temos os servidores da segurança pública, temos servidores também de outras categorias aqui acompanhando esta Sessão. Sejam todos bem-vindos e bem-vindas a esta Sessão e à Assembleia Legislativa! Ontem, após as Sessões, tivemos uma reunião com o Fórum dos Servidores e o Chefe da Casa Civil, o Secretário Ortega. Participei da reunião com o Líder do Governo, Deputado Marcel Micheletto, e a representação dos servidores. Os servidores estavam representados lá, servidores tanto civis quanto o pessoal militar, servidores que fazem a segurança pública. O debate foi sobre alguns pontos da pauta. Um deles é o pagamento daquela terceira parcela da reposição salarial, conquistada em 2019, depois daquela greve. Fechou-se uma negociação e ficou uma parcela de 3.39 para ser paga. Esses 3.39 já vêm lá de 2015, da negociação depois da greve de 2015. Esses 3.39, está escrito na Lei que se em 2022 tivesse orçamento, tivesse recurso, deveriam ser pagos. Então, o Governo está devendo. Não precisa mandar nenhum Projeto para cá, é só pagar. E aí a resposta foi de que o Governo está estudando a possibilidade de pagar. É muito importante que o Governo pague. O Dr. Turini participou intensamente dessas discussões, o Deputado Evandro Araújo também participou com muita disposição. Então, o Governo precisa pagar, pagar esses 3.39, que é uma dívida que paga parte da inflação. A inflação devida aos servidores é mais de 36%, mas isso já está legislado, é só pagar, pagar o quanto antes. Então, ficou de dar uma resposta, nos próximos dias, mas já queríamos ter essa resposta ontem, não tivemos. O Governo não descartou, mas também não marcou a data. Precisa marcar a data: 1.^º de julho. Pagar, por exemplo, a partir de julho, esses 3.39 para todos os servidores aposentados e da ativa, civis e militares. Outro ponto: a inflação desta data-base do ano de 2022. O Governo pode e deve pagar. É 12.13. Para isso, o Governo

precisa mandar para cá um Projeto de Lei para pagar para todos os servidores, aposentados e da ativa. Então, é dívida. Se não pagar agora, terá que pagar em algum momento. Então, pague já porque o Estado tem dinheiro. Mesmo com a mudança do imposto ICMS dos combustíveis, terá sobra de caixa no final do ano, para mais de R\$ 8 bilhões. Então, precisa pagar. Outra coisa importante: isentar os aposentados até o teto do INSS, que eram isentos até 2019. Precisa isentar. A previdência não quebra, ela não precisa cobrar os aposentados. Os aposentados precisam ficar isentos, sim, e o Governo também respondeu que ainda está estudando. Ora, já temos o estudo. Não terá problema com a previdência, pode isentar os aposentados até o teto do INSS. Isso significa R\$ 530 devolvidos ao aposentado, que foi tirado e está sendo tirado todo mês. Então, os aposentados tiveram redução... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, por favor, para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Então, os nossos aposentados tiveram redução de salário. E quem mais teve redução de salário foram os militares da reserva, aposentados. Então, precisa isentar como era antes da reforma da previdência aqui no Estado do Paraná, e também precisa pagar promoções, progressões, quinquênios, anuênios, que não foram pagos em 2021 e não estão sendo pagos em 2022. Aí o Governo respondeu que nesse ponto deve anunciar, nos próximos dias, o pagamento, mas também não anunciou quando paga. Precisa com urgência dar resposta às reivindicações dos servidores e servidoras do Estado do Paraná. Como pode um Governo tratar os servidores e servidoras diferente do que o Governo estimula... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Seu tempo concluiu, Deputado.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Só para concluir, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Então, é muito importante que o Governo trate os servidores, funcionários do Estado, como ele determina que as empresas precisam tratar os seus funcionários no Estado do Paraná. Então, é muito importante que pague o que deve aos servidores.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, no Grande Expediente, Deputado Dr. Batista. Declina? Deputado Requião. Declina. Então, vamos ao horário da Liderança da Oposição. Deputado Arilson.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Arilson Chiorato (Oposição); e Marcel Micheletto (Governo).

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Traiano, bom dia! Não ia usar a tribuna hoje, mas por conta de um ato do Governo do Estado, vim aqui falar hoje um pouquinho. E queria falar sobre dois pássaros: o chupim e o joão-de-barro. O chupim é conhecido por colocar seus ovos nos ninhos de outras espécies de aves, para que elas possam chocá-las, criá-las e alimentá-las como se fossem seus próprios filhotes. Tenho percebido que, por conta das mudanças climáticas, o chupim, que habita o Rio Grande do Sul, em sua maioria, voou para outras regiões do Estado. Recentemente, o bichinho tem sido visto sobrevoando e melhor pousando no Palácio do Iguaçu, com alguma frequência. Recentemente, tentou se apropriar de obras alheias em Foz do Iguaçu. O bichinho que simplesmente usava o ninho, agora se apropria, Deputado Fruet, de obras de terceiros. Foi, Deputada Mabel, assim lá em Ponta Grossa também, foi também com as obras do pedágio, ou seja, o chupim fez história. O chupim no Paraná cria uma velocidade imensa e desta vez ele foi pousar na minha querida Apucarana. Ontem, fui surpreendido com uma matéria da *Agência Estadual de Notícia*, do dia 28/06, às 12h30min, falando que o Governo vai ampliar o acesso, a duplicação da entrada da cidade de Apucarana, na foto o Prefeito de Apucarana, o Vice-Prefeito de Apucarana, o Ex-Prefeito e Ex-Secretário da Saúde do Estado, alguns Parlamentares e o Governador, e ele fala que vai entregar 520 casas na cidade de Apucarana. Quinhentas e vinte casas que começaram no dia 12/8/2014, no Governo da

Presidente Dilma, quando eu era Chefe de Gabinete da Senadora Gleisi Hoffmann e articulamos e levamos as casas para Apucarana. E o Governo agora faz matéria, cita a cifra do valor e de ser parceiro. Primeiro, Deputado Michele Caputo, o Governador na época era o Ex-Governador Beto Richa; o Governo Federal colocou 32 milhões e o Governo Estadual 1,2 milhão. Estive no ano de 2018, Deputado Jacovós, que é conterrâneo meu de Apucarana, com o Ex-Prefeito Beto Preto, Ex-Secretário da Saúde, na Caixa para resolver um imbróglio, aliás, fui também no ano de 2016 com a Miriam Belchior, Ex-Presidente da Caixa, do Partido dos Trabalhadores, resolver isso. Mas, agora, o Governador resolveu se apropriar do trabalho alheio, estão marcando até visita para a inauguração. Não fui convidado, mas vou deixar o recado aqui: Vou à inauguração. Se não me derem a palavra, fiquem tranquilos, já contratei um caminhão de som e vou participar da inauguração para contar para o povo de Apucarana e da região quem é que conseguiu as obras. Primeiro vou lá para parabenizar as famílias, para que Deus as abençoe, agora não vou admitir, em hipótese alguma, que uma matéria da *Agência do Estado* faça uma falta de respeito dessa, não cite a verdade. Aliás, a verdade é coisa que não passa no Palácio Iguaçu, a verdade passa longe do Palácio Iguaçu! É incrível! Falei do chupim, mas agora vou falar do joão-de-barro. O joão-de-barro é um passarinho conhecido por construir muitas casas, por ter habilidade em construir. Lá na rua da minha casa, a Rua Nogueira, no bairro Afonso Camargo, em Apucarana, tem três casas de joão-de-barro seguidas nas árvores. Ele construiu mais casas em Apucarana do que o Governo Ratinho, com um orçamento de R\$ 57 bilhões nas mãos. Não tem capacidade, a não ser de se apropriar do fato alheio! É incrível a falta de respeito e dizer que é parceiro. Tudo bem que o projeto foi modificado depois, mas quem trouxe o recurso, quem conseguiu os recursos foram outros e querem se apropriar disso é uma vergonha. Aliás, vou já antecipar para o Governador, para o Ex-Secretário da Saúde e para o Prefeito, o Conjunto Sumatra I, o Conjunto Sumatra II, o Conjunto Jaçanã, o Conjunto Solo Sagrado e esse Conjunto Fariz Gebrim são recursos do Partido dos Trabalhadores quando administrava a Presidência da República. Aliás, os quatro CRAS que foram construídos, as cinco UBSs, as seis creches, com três que estão

para terminar, os mais de R\$ 10 milhões de investimento em asfalto no Jardim Aviação, Santos Drumond e Mirassol são recursos trazidos de outra época. Tempos atrás, Deputada Mabel, marcaram para inaugurar o Centro de Iniciação Esportiva, trazido à época pelo Governo Federal, na figura da Ex-Senadora Gleisi, R\$ 5 milhões. Não a convidaram, não me convidaram também, fiquei sabendo e liguei na Prefeitura: *Não, iríamos te convidar.* Mas, falei: *A inauguração é amanhã às 9 horas e hoje são 6 horas da tarde.* Cancelaram a inauguração para eu não participar. Cancelaram porque o Ex-Secretário da Saúde não tinha outra agenda. Mas, vou fazer um favor para vocês, fiquem tranquilos, a partir de agora vou obra por obra de Apucarana contar a verdade. Quero ver se o Governador vai aparecer na inauguração. Vamos topar frente a frente e mostrar para o povo de Apucarana e da região quem realmente que fez as coisas. Chega! Tem limite. Tem que ter respeito pelas coisas! Fico decepcionado com a falta de caráter. Esse é o termo, falta de caráter! Não vá me dizer que é inocente, que não sabia! Ou alguém da Prefeitura passou a informação errada para o Governo, mas isso não é problema meu!

Deputado Delegado Jacovós (PL): Um aparte, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Pois não, Deputado Jacovós. E Deputado Requião.

Deputado Delegado Jacovós (PL): Deputado Arilson, quero crer que pode ter ocorrido alguém erro da Secretaria da Comunicação do Governo. Não é possível! Entendo aí até a revolta de V.Ex.^a porque fui Delegado de Polícia em Apucarana durante seis anos e lembro muito bem, realmente, que essas casas, na época o recurso veio... é do Governo anterior e realmente houve a participação direta da Deputada Gleisi. Acho que é algo que pode ser corrigido, não vejo como algo que o Governo queira se apropriar, até porque, como V.Ex.^a disse também, existe um convênio com o Governo do Estado. Tenho certeza de que isso pode ser corrigido, Deputado Arilson. Era só esse o aparte.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Obrigado, Deputado Jacovós.

Deputado Requião Filho (PT): Deputado Arilson, diria para V.Ex.^a pegar um pouco mais leve, porque se o Governador Juninho não puder inaugurar obras dos outros e chamar de sua, acaba o Governo. Como é que ele vai fazer para inaugurar a obra do pedágio? Como é que ele vai fazer para dizer que as obras de Itaipu foram deles? Então, ele precisa dessa *fake news* para fingir que fez alguma coisa nos últimos três anos e meio.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Na verdade, como citei no começo, essa obra iniciada lá atrás, é uma obra que ocorreu, esse modelo de obra, pelo Estado do todo, uma parceria da Cohapar com o Governo Federal.

Deputado Soldado Fruet (PROS): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Já cedo. E, nesse caso específico, a obra ficou atrasada desde 2014 e está para ser finalizada agora. Agora, o que não dá é o Governo querer fazer propaganda e omitir as informações. Deveria ter colocado realmente quando começou, qual foi o valor, mas na mensagem que está na *Agência do Estado de Notícias* não cita, ele simplesmente toma para si. Não que não tenha méritos, deve ter ajudado agora no final da obra ou coisa do tipo, mas tem que um pouco de respeito! Está parecendo que é o dono de tudo, quando não executa nada. Deputado Fruet.

Deputado Soldado Fruet (PROS): Só essa questão de Foz, após termos questionado por meio dos nossos vídeos nas redes sociais, duas semanas depois o Presidente se deslocou para Foz, inclusive com o Governador, e uma certa fala o Presidente Bolsonaro chamou o Governador de Presidente do Paraná. Ele achou que estava elogiando, mas, na verdade, entendo que era uma sátira, porque quem inaugura obra federal é Presidente. Só isso.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Acho que... Respeito. O que estou pedindo aqui é respeito, para não ter que ser indelicado como sou algumas vezes aqui nas minhas falas. Ou se dá o respeito, ou se cumprem as coisas colocadas, ou vamos ter um acirramento político mais forte, porque esse tipo de atitude não

dá para admitir. Isso passa do campo político e vai para o campo pessoal. Simplesmente estou convicto de que isso está se traduzindo em uma perseguição política. Se isso continuar assim, obviamente tomamos outros rumos na condução do processo legislativo. Não dá para aceitar que seja feito uso da máquina pública dessa forma. Se não tiver resolutividade, vou acionar os meios jurídicos para que... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): ... para que restabeleçamos a verdade ao povo do Paraná. Esse fato é em Apucarana, esse fato ocorreu em Ponta Grossa, esse fato ocorreu em Foz do Iguaçu, mas não dá para admitir que o Governo continue com posturas dessa forma, de se apropriar de coisas de outros, que não tem problema em dizer que é partícipe do processo, mas sem citar que os outros construíram junto e nem... pelo jeito estão marcando inauguração e nem informando. Isso é falta de respeito! Já fui, viu Presidente, informei V.Ex.^a, fui desrespeitado em Apucarana, lá no Quartel do Corpo de Bombeiros, tempos atrás, quando foi negada a palavra para mim – único Deputado presente, morador de Apucarana, foi feito o evento, falou o Prefeito e o Ex-Secretário da Saúde e para mim foi negada a palavra. Mas, não ficou feio para mim, ficou feio para eles! Não me prenho a detalhes. Agora, usurpar a obra do outro, tomar a assalto não vou aceitar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa dos alunos do 3.^º ano do ensino médio do Colégio da Polícia Militar de Curitiba, acompanhados pela Professora Linete Firma Rodrigues. Sejam bem-vindos. Próximo orador, Deputado Marcel Micheletto.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, tínhamos feito um acordo para que pudéssemos ser mais rápidos e ágeis aqui nas nossas votações, mas o Deputado Arilson usufruiu da sua Liderança da Oposição e tenho que aqui também fazer o contraponto. Nunca

entrei no tema, nunca puxei para a pauta nacional, sempre tentando fazer aqui as minhas observações do nosso Governo, daquilo que o Governador Ratinho Junior vem fazendo no Estado do Paraná, das contribuições que o nosso Estado vem fazendo à nação, um Estado que cresce, que avança, que gera empregos, que tem dado grandes contribuições, principalmente com o agro que temos, que é tão pujante e tem ajudado tanto a balança comercial, mas fica difícil nos calarmos ouvindo o Deputado Arilson, do PT, que parece que tem amnésia. O PT entregou todas as obras, o PT fez tudo, o PT não roubou, o PT não deixou este caos que a nação está passando, o PT é perfeito, o Ex-Presidente Lula não foi preso, não devolveram bilhões de reais! É difícil entendermos que parece que só agora tem problemas e na época do PT foi tudo lindo, maravilhoso, não ajudou Cuba, não ajudou refinarias fora do País, não ajudou outros países, ditaduras, nada! Tudo é perfeito no PT! O Ex-Presidente Lula foi preso aqui em Curitiba, devolveram bilhões de reais, obras inacabadas, é Olimpíadas, é Copa do Mundo e o povo morrendo, falta de hospitais. Aí vem com essa narrativa. Por favor, ninguém aqui é míope, ninguém aqui é burro. Pelo amor de Deus! É de uma irresponsabilidade vermos este tipo de tratativa de uma pessoa tão inteligente como o nosso Líder da Oposição. Essas questões pontuais, como disse aqui, lá em Apucarana, que é a sua cidade, Deputado, várias tratativas tiveram em nível de Brasil e Paraná. Existem formalidades entre o Governo Federal e o Governo do Estado, estamos fazendo parcerias com a Caixa, com a Cohapar, com tudo isso. Essas questões que V.Ex.^a traz e que são pontuais, porque V.Ex.^a está magoado porque não foi falar no dia lá do evento, acho que fez V.Ex.^a trazer aqui. Não esqueça, não esqueça, tome muito cuidado em dizer e achar que sempre na época do PT foram mil maravilhas. Está aí toda esta dificuldade macroeconômica e financeira. Quero aqui finalizar e dizer que o nosso Paraná tem dado as contribuições...

Deputado Ricardo Arruda (PL): Concede um aparte, Deputado?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Vossa Excelência tem um aparte.

Deputado Ricardo Arruda (PL): Obrigado. Até entendo a queixa do Deputado Arilson, porque deve ser muito duro, Deputado Micheletto, defender o PT. Sabe por quê? Eles não entregaram obra nenhuma. Nenhuma! Eles começavam uma obra, aí punham *over price* para ganhar dinheiro, aí o Ministério Público parava a obra, aí começava de novo. Foi sempre assim! Até a transposição do Rio São Francisco, que eles prometeram 20 anos, quem concluiu boa parte foi o Presidente Bolsonaro, porque eles não iriam concluir, estava tudo parado, sucateado, dinheiro roubado. Não sei o caso aqui de Apucarana como foi, mas o Governo Dilma saiu há quanto tempo e a obra vai concluir agora! Ué, qual é o problema? Quem está concluindo a obra? É o Governo atual. O Governo PT...

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Parece que o dinheiro é só da Dilma, não é do Governo.

Deputado Ricardo Arruda (PL): É, e o dinheiro não é do PT, o dinheiro é do povo brasileiro. Quem está na gestão é que tem o direito de concluir a obra. Quem tem competência e honestidade conclui a obra, quem é ladrão e incompetente não conclui obra nenhuma. Foi esse o Governo PT, o Governo do roubo e da mentira, só concluiu obra em Cuba, Venezuela e Angola, no Brasil só desviaram dinheiro, não concluíram absolutamente nada e deixaram um rombo bilionário em nosso País e 20 milhões de desempregados. Esse foi o legado, o legado trágico do PT em nosso País. Muito obrigado.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Para finalizar, a histeria que vemos principalmente da Oposição é que sabe que o Paraná não vai voltar para trás. O Paraná vai continuar andando para frente, as pesquisas mostram isso, ainda mais agora que temos o Ex-Governador indo para o PT, aí que vai ter que fazer todo esse confrontamento nas eleições e que vai cada vez mais dificultar a composição em nível federal, porque o acho que o Ex-Presidente Lula vai perder ainda mais com essa posição estadual que foi criada.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Marcel.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Então, essa é a histeria que vemos da Oposição. O Governo do Estado tem avançado, tem dado grandes contribuições e agora...

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Marcel.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): ... juntou na Oposição a fome com a vontade de comer, então é por isso o desespero, porque terá que fazer esse contraponto nas eleições e cada vez mais vai puxar para baixo isso que a Oposição tenta nos levar.

Deputado Evandro Araújo (PSD): Deputado Marcel, antes de V.Ex.^a concluir, em que pese o clima acirrado no debate nacional, e não quero entrar nesta seara agora, mas queria só primeiro dizer da minha, porque digo por mim, do meu convencimento do seu protagonismo na Liderança nesses últimos meses, desde que V.Ex.^a chegou a esta Casa. Só que estamos com um assunto... o José Maria do Sintemar está ali na tribuna de honra, o Deputado Traiano também conhece o assunto, temos aí as universidades do nosso Estado, as universidades estaduais, foi feito um esforço justamente porque, em que pese que falem que os professores das universidades têm salários mais robustos, mas temos um quadro todo de funcionários da universidade que ficou de fora de todos os avanços que tivemos ali de benefícios entregues ao funcionalismo. E foi feito esse anúncio, essa construção, V.Ex.^a trabalhou demais nisso, fez esforço, levou ao Governo, fez reuniões e desde ontem estamos aguardando uma mensagem aqui, uma mensagem para chegar a esta Casa e a mensagem não chega. Então, queria aqui fazer de público, dizer que Vossa Excelência fez a sua parte. Temos coisas de Governo para tratar. O Deputado Traiano conhece o assunto. O Deputado Romanelli conhece o assunto. Esse esforço todo talvez vá *por água abaixo*, porque até agora a mensagem não chegou. Então, estamos aguardando. Queria de Vossa Excelência justamente essa sinalização. Pedir ao Deputado Traiano, que é o nosso Presidente e ao Deputado Romanelli, que pudéssemos fazer um esforço conjunto para resolver esse assunto ainda agora pela manhã.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Deputado Evandro, fizemos todo esse esforço. Você sabe do gasto de energia que fizemos nisso. Conseguimos convencer o Governo, o Governador se posicionou. Estou tentando aqui com o Presidente da Assembleia, da Mesa, que essa mensagem possa chegar e que possamos dar continuidade àquilo que nos comprometemos, com os nossos servidores. Então, mais uma vez, não gostaria de entrar nessa pauta nacional, mas chega a ser insano o que ouvimos aqui. Quero novamente dizer que a minha função é buscar os entendimentos, fazer com que o Governo do Estado possa, cada vez, mais dar suas contribuições com o povo paranaense, com esta Casa e com os nossos próprios servidores. Então, estamos buscando a mensagem para que possamos oferecer, aos nossos servidores, aquilo que ficou acordado ontem. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Evandro, estamos aqui também aguardando que as mensagens cheguem até a Casa. Estou em contato permanente. Elas deverão ser lidas nesta Sessão Ordinária. Se não chegarem, infelizmente, não temos como submetê-las à apreciação hoje. Estou aqui em contato permanente para que essa proposta chegue aqui para leitura.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem,* Deputado Tadeu.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Só para deixar claro para aquelas pessoas que nos assistem. O Deputado Evandro fez essa ponderação, o senhor sabe do que se trata, são os valores, inclusive, de auxílio-alimentação para as universidades, que foi acordado. O Deputado, Líder Marcel, ontem, o Líder do Governo fez esse esforço, mas se não for hoje, não será mais, porque o prazo, o prazo que o Governador Ratinho tem para mandar, aliás, é até hoje. Estamos fazendo um grande esforço, inclusive, aqui, a Oposição e a Liderança do Governo, para que possamos votar esse Projeto. Agora, não entendo exatamente o que está faltando. Será que falta o Presidente ir lá, com o Líder Marcel e o Deputado

Romanelli – atleticano que ontem conseguiu ganhar de 2x1 – e trazer em mãos isso aí? Não dá para entender. Não dá para entender!

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): *Pela ordem*, Presidente, Professor Lemos. Queria propor para não encerrarmos a Sessão, suspendê-la temporariamente, para que a mensagem chegue, para ser lida e apreciemos e aprovemos em tempo, para se publicada e que os nossos servidores das universidades não fiquem sem essa gratificação, que é importante, porque participei de todos os debates e o Governo assumiu um compromisso de mandar. Era para mandar ontem. Não chegou ontem. Era para mandar hoje. Não chegou hoje. Então, que suspendamos a Sessão por alguns minutos, para que essa mensagem apareça, aqui, para votarmos em tempo.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): *Pela ordem*, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Creio que o Líder do Governo poderia ter uma conversa final com o Chefe da Casa Civil, porque a mim me parece que o que está faltando é um parecer da Procuradora-Geral do Estado, Doutora Letícia Ferreira, que não exarou o parecer. A Casa Civil, independentemente do parecer da PG, pode enviar a mensagem à Assembleia Legislativa, não é vinculativo ao processo legislativo. É uma decisão política que tem que ser tomada. Esta Casa, aqui, nunca vinculou, aliás, o processo legislativo não está vinculado a pareceres externos. Compete ao Governo, naturalmente, decidir sobre o tema. Creio eu que a mensagem pode ser enviada e ser votada. Se houver depois algum questionamento de algum fato superveniente, obviamente, o Governador pode até, se for o caso, vetar, enfim, ou não promulgar. Obviamente, acho que, creio eu, que o necessário depois do esforço que foi feito aqui é que a Casa possa, Deputado Evandro Araújo, votar a matéria, porque é de relevante interesse dos servidores das universidades. A mim me parece que seria muito injusto, depois de toda a pactuação e o esforço que Vossas Excelências

fizeram, que não pudéssemos votar a emenda, votar a mensagem. Creio eu que vamos aguardar alguns minutos para que o Governo decida o que fazer, mas, indiscutivelmente, o parecer da PGE não é vinculativo, não é necessário aguardar nenhum parecer da PGE, por conta do processo legislativo. Ele é autônomo, aqui, não dependemos dele.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para resolver o problema, Líder do Governo, também acabei de falar com a Procuradora do Estado e fizemos um entendimento, a Casa Civil manda a mensagem para a leitura e ela anexa na sequência o parecer favorável da Procuradoria. Acho que não há nenhum questionamento em relação isso. Então, estamos já imediatamente solicitando à Casa Civil que encaminhe a mensagem para a devida leitura. Vamos entrar na Ordem do Dia. Aguardamos, não votaremos o último Item sem que a mensagem chegue. Acho que... É possível isso? Sem problema, Liderança da Oposição? Vamos tocando a pauta e, quando chegar ao último Item, segura, suspende a Sessão por instantes.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Vamos até o penúltimo, Presidente, e aguardamos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok. (Aplausos.) Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Cobra Repórter (PSD), Coronel Lee (PDC), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro

Araújo (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Goura (PDT), Homero Marchese (REP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcio Nunes (PSD), Marcel Micheletto (PL), Mauro Moraes (UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) **(41 Parlamentares); Deputados com justificativa:** Nereu Moura (MDB), conforme art. 104 § 5.º Inciso V do Regimento Interno; Cristina Silvestri (PSDB), conforme art. 97 § 3.º Inciso I do Regimento Interno; Boca Aberta Junior (PROS), conforme art. 97 § 4.º do Regimento Interno; Cantora Mara Lima (REP), conforme art. 97 § 2.º Inciso IV do Regimento Interno; Gilson de Souza (PL), para funções administrativas; Luciana Rafagnin (PT), conforme art. 97 § 3.º Inciso I do Regimento Interno; Reichembach (UNIÃO), conforme art. 97 § 3.º Inciso I do Regimento Interno; Luiz Carlos Martins (PP), conforme art. 97 § 3.º Inciso I do Regimento Interno; Guto Silva (PP), conforme art. 97 § 4.º do Regimento Interno **(9 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa:** Francisco Bührer (PSD), Jonas Guimarães (PSD), Marcio Pacheco (REP) e Maria Victória (PP) **(4 Parlamentares).]**

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o nº 290/2022**, de autoria dos Deputados Rodrigo Estacho e Professor Lemos, que institui a Política Estadual de Desenvolvimento e Reconhecimento do Humor como instrumento para promoção de políticas públicas intersetoriais; **Autuado sob o nº 291/2022**, do Deputado Anibelli Neto, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Pais e Amigos da Guarda Mirim de Pontal do Paraná.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Senhores Deputados, gostaria da atenção para também fazer alguns comunicados aqui. Ontem fizemos uma conversa com as assessorias do Senado, da Câmara Federal e também do próprio Ministério Público Eleitoral. Para a segurança de todos os Sr.^s Deputados, segurança jurídica, é claro, em função do período eleitoral, há entendimento de que seria importante não permitirmos mais a entrega de menções honrosas aqui na Casa, títulos de cidadania honorária, Sessões Solenes, qualquer ato que caracterize benefício eleitoral para o Deputado. Então, peço a compreensão que, a partir de segunda-feira, vamos tomar essa decisão para a segurança jurídica de todos, em função do processo eleitoral. Somente serão permitidas Audiências Públicas. Isso ainda será permitido. O uso da tribuna livre também somente será permitido em casos que não caracterizem qualquer benefício eleitoral para o Deputado. Então, é importante que todos tenham consciência disso. O processo eleitoral, a partir de 90 dias antes, a legislação é muito clara, qualquer ato que possa caracterizar benefício ao Parlamentar é proibido. Então, vamos tomar essa decisão, aqui, como Mesa Executiva, sempre pensando também na segurança jurídica de todos os Deputados.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputada Mabel.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSDB): Gostaria de saber se as Sessões Solenes, que estavam agendadas previamente, serão mantidas ou serão então suspensas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Infelizmente, terão que ser canceladas, Deputada Mabel. Também, Sr.^s Deputados, também para que todos possam se organizar. Em função das decisões que estão sendo tomadas em Brasília, na redução do ICMS, que isso vai causar uma situação de queda de receita para o Estado e o próprio Governo nos faz um apelo para que suspendamos o recesso, porque nós, para termos recesso, teríamos que votar a LDO. Então, já comuniquei que não teremos recesso neste mês de julho, até para que possamos acompanhar o desenrolar dessa situação, porque ela trará um

prejuízo muito grande à economia do Estado. Então, algumas medidas de adequação terão que ser tomadas. Em função disso, vamos suspender o recesso do mês de julho. Ok?

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, 11 Governadores com coragem mais o Distrito Federal entraram com uma PEC no STF, entraram com uma Adin contra. Pode sair uma liminar. Tudo bem que o nosso Governador não teve essa coragem de assinar, mas pode sair uma liminar e podemos deixar o recesso para o momento correto e não suspendê-lo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Requião, acho que esse assunto já foi amplamente discutido com as Lideranças. Portanto, a decisão está tomada e vamos aguardar. Não vamos entrar no campo político. Acredito que para o bem da economia do nosso Estado, qualquer medida que possa ajudar, a Assembleia tem que contribuir.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Presidente, é só um pedido de informação. É porque a líder do nosso bloco me informou e acho corretíssimas todas as medidas que estão sendo anunciadas aqui. Agora, parece que já tem um prazo para fazer esse recesso. Isso é fato?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Não, Deputado. No tempo certo vamos tomar a decisão.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Ok.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ordem do Dia.

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei Complementar n.^º 5/2022, de autoria da Defensoria Pública, Ofício n.^º 55/2022, que acrescenta e altera dispositivos da Lei Complementar n.^º 136, de 19 de maio de 2011, que estabeleceu a Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado do Paraná, criando núcleos regionais de

atendimento e a central de relacionamento com o cidadão. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Emenda da CCJ. Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos apreciar neste turno emendas aprovadas em segunda discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Curi, Adelino Ribeiro, Artagão Junior, Marcio Nunes, Nelson Justus, Ricardo Arruda. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Michele Caputo, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (32 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Francisco Buhrer, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichembach e Ricardo Arruda (22 Deputados).]** Com 32 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovadas as emendas.**

ITEM 2 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 362/2016, de autoria do Deputado Paulo Litro, que estabelece, no âmbito do Estado do Paraná, a Semana de Incentivo ao Acesso ao Ensino Superior. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. Emenda de Plenário com parecer favorável da CCJ. Vamos apreciar neste turno emenda aprovada em

segunda discussão. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, só para antecipar, no Item 3 apresentamos uma emenda ontem, mas que não consta aqui no sistema.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Mas o Item 3 retornará à CCJ, Deputado. Já está aqui.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Ok. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Olha, Deputado Arilson. Deputados Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Artagão Junior, Alexandre Curi, Nelson Justus. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Michele Caputo, Nelson Luersen, Paulo Litro, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (30 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Cristina Silvestri, Francisco Buhrer, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nereu Moura, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach e Ricardo Arruda (24 Deputados).]** Com 30 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovada a emenda.**

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 10/2019, de autoria do Deputado Professor Lemos, que institui o Programa “Maria da Penha vai à Escola”, visando sensibilizar o público escolar sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher e ainda divulgar a Lei Maria da Penha. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Educação e Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Substitutivo geral da CCJ. (**Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.^o 1**, dos Deputados Homero Marchese, Luiz Fernando Guerra, Ricardo Arruda, Coronel Lee, Marcio Pacheco, Soldado Adriano José, Delegado Jacovós, Gilson de Souza e Boca Aberta Junior.) **O Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 452/2021, de autoria do Deputado Elio Rusch, que institui a Política Estadual de Prevenção e Combate a Furtos e Roubos de cabos, fios metálicos, geradores, baterias, transformadores e placas metálicas e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Indústria, Comércio, Emprego e Renda e Comissão de Segurança Pública. Substitutivo geral da CCJ. Vamos submeter ao voto o substitutivo geral. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, estava falando com o Líder da Oposição aqui, nós da Oposição sugerimos que o Governo traga a Base para votar, porque enquanto eles estão lá tirando foto, estamos aqui dando quórum, daqui a pouco nos retiramos do Plenário aqui e os deixamos em uma situação mais complicadinha.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Olha, tenho a impressão de que os Parlamentares têm que ter a grandeza de compreender que precisamos votar aqui todas as pautas do dia de hoje. Portanto, o tempo que a Sessão durar, nosso Líder, peço para que faça um apelo aos Deputados para estarem

presentes. Olha, estou com dificuldade aqui, os Deputados não estão votando. Não temos quórum para aprovar as mensagens, pode cair a Sessão e o prejuízo...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, o prejuízo é do povo paranaense se acontecer. Estamos com projetos importantes para chegar à Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputados Alexandre Curi, Artagão Junior, Nelson Justus, Ricardo Arruda, Tião Medeiros. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Michele Caputo, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (32 Deputados); Não Votaram:* *Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Francisco Buhrer, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (22 Deputados).] Com 32 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o substitutivo geral.***

Registro a presença na Casa do Presidente da Câmara de Quedas do Iguaçu, Adilson Poleze, e dos Vereadores Claudinei Alves Pereira, Zequinha, Juliano Zanetta e Neusa Jacoboski, por solicitação desta Presidência. Sejam todos bem-vindos.

ITEM 5 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 248/2022, de autoria do Deputado Plauto Miró, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Senhor José Sebastião Fagundes Cunha. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Liderança do Governo pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Alexandre Curi, Artagão Junior, Marcio Nunes, Nelson Justus, Ricardo Arruda, Tião Medeiros. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Michele Caputo, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (31 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Francisco Buhrer, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichenbach, Requião Filho, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (23 Deputados).]* Com 31 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 248/2022.**

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 268/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 48/2022, que cria as funções privativas-policiais no âmbito do Departamento de Policia Penal, bem como no âmbito da Secretaria de Estado da Segurança Pública. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Regime de urgência. Emenda de plenário com parecer favorável da CCJ, sendo a Emenda n.º 3 na forma de Subemenda. Vamos submeter ao voto o Projeto, ressalvadas as emendas. Em discussão o Projeto.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Quero encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Deputado Michele Caputo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Todo mundo sabe que eu e alguns Deputados fizemos uma emenda que foi aprovada ontem lá na CCJ e quero agradecer o entendimento de todos. Sei que não é o momento ainda de falar sobre a emenda, vou falar depois na sequência, vou fazer a defesa dela com certeza. Mas quero encaminhar favorável, Presidente, porque há certa confusão quando as pessoas aqui, no exercício do seu mandato, apresentam, no nosso modo de entender, não é só meu, situações que possam aperfeiçoar o que chega do Executivo. Quero dizer que é importantíssimo que sejam aprovadas essas funções que são privativas. Já criamos o órgão da polícia, já foi feita a adequação do agente penitenciário como policial penal, tem outras adequações que ainda terão que acontecer com a lei orgânica, e já votamos favorável a isso, mas sempre nos preocupamos, como servidor público que sou, completei em abril 37 anos de serviço público estadual, e por onde passei como gestor e aqui como Parlamentar tenho procurado sempre colaborar e somar na carreira dos servidores públicos. Aprendi desde cedo que você não faz nada sozinho, não tem uma categoria superior à outra em lugar nenhum, mas que tem a necessidade do trabalho integrado, que tem a necessidade que respeitemos o âmbito e o conhecimento de todos os profissionais que trabalham dentro de equipamentos públicos. Então, por conta disso e para que não haja nenhum tipo mal entendido, não sou valente como o Galo, nem como outros aqui, mas tenho o meu respeito e a minha dignidade, respeito todos, exijo respeito também. E com relação ao Projeto, faço esse encaminhamento favorável. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede o voto “sim” ao Projeto, ressalvadas as emendas. No Projeto voto “sim” agora.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição pede voto “sim”, importante Projeto que estabelece as funções de exclusividade da Polícia Penal.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando, Sr.^s Deputados. Votando. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (34 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Francisco Buhrer, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (20 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 268/2022.**

Vamos submeter ao voto as emendas. Há um **Requerimento n.º 2158/2022**, do Deputado Marcel Micheletto, solicitando destaque da Emenda de Plenário sob o n.º 2 e da Emenda sob o n.º 3 na forma de Subemenda da CCJ, apresentadas ao Projeto de Lei n.º 268/2022. Em discussão o requerimento.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede o voto “sim”, Presidente, a todos os Deputados. Votem “sim”, Deputados da Base.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando o requerimento. Vou submeter ao voto pelo painel. Por favor, encerrem a votação do Projeto, já anunciei.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, gostaria que o senhor explicasse um pouco melhor a votação deste requerimento, porque está gerando

uma confusão aqui. O requerimento é para separar a votação das emendas de que forma?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Requerimento de destaque para a emenda n.^º 2 e da emenda n.^º 3, na forma de subemenda.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): As duas emendas do Governo, do Marcel Micheletto, a serem votadas? E depois será votada a outra, que é de autoria do Michele Caputo. É isso?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Exatamente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Está bom.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Olha, o meu computador aqui ainda está com o resultado anterior.

DEPUTADO DR. BATISTA (UNIÃO): Faça votação nominal, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos votar o requerimento, Sr.^{as} Deputados, por favor.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Sistema de som, por gentileza, o microfone do aparte está desligado. Deputado Marcel, tente agora. O sistema terá que ser reinicializado aqui. A Oposição pede voto “não” aqui e o Governo pede voto “sim”. Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares. Sou o porta-voz aqui. O Governo pede voto “sim”, a Oposição pede voto “não”. Votando.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Delegado Jacovós, seu voto ainda pendente. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Bazana, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Nelson Justus,**

*Nelson Luersen, Paulo Litro, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (28 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Goura, Michele Caputo, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (6 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Francisco Buhrer, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichenbach, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (20 Deputados).] Com 28 votos favoráveis e 6 votos contrários, **está aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)*

Vamos submeter ao voto a Emenda n.^º 2 e a Emenda n.^º 3, na forma da subemenda, Sr.^s Deputados.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): O Governo pede voto “sim” e a Oposição também pede voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votando. Peço à nossa equipe aí, por favor, que resolva o problema dos microfones ou usem a tribuna para falar. Deputado Michele, vai encaminhar? A próxima. Ok. Vamos votar. Ainda pendentes os votos dos Deputados Coronel Lee, Marcel Micheletto, Michele Caputo, Tadeu Veneri. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (34 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Artagão Junior, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Francisco Buhrer, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Marcio Nunes, Marcio Pacheco, Maria

*Victória, Mauro Moraes, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (20 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovadas as emendas n.^{os} 2 e 3 na forma da subemenda.***

Agora, vamos submeter ao voto a Emenda n.^º 1. Para encaminhar, Deputado Michele Caputo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Bom dia a todas e a todos. Presidente, nossos visitantes, policiais penais, agentes profissionais de execução e de apoio. Quando fiz essa emenda, com mais alguns Deputados a quem agradeço, porque eles foram essenciais para que ela pudesse tramitar, como disse aqui já na defesa do Projeto, entendemos o valor do trabalho multiprofissional, de equipe, cada um respeitando a sua atuação em seu âmbito profissional. Quando teve a discussão aqui nesta Casa do órgão da Polícia Penal, eu era um daqueles que entendia que estávamos discutindo um órgão que era importantíssimo ser criado, que dentro desse órgão temos um profissional extremamente importante, que é o agente penitenciário que se transformava em policial penal, mas que o sistema prisional do Paraná também acomoda outros profissionais, da informática, da saúde, que são os agentes, profissional de execução e os agentes de apoio, hoje são em torno de 550 profissionais. Mas, voto vencido que fomos, cria-se o órgão da Polícia Penal única e exclusivamente com o policial penal. Na Casa Civil, não sei se o Deputado Guto Silva está aqui, mas na Casa Civil discutimos, inclusive tinha lá outros Deputados, outros assessores de Deputados, havia um entendimento que estávamos sugerindo, com outros Deputados, que fosse colocado na questão das direções e chefias preferencialmente policial penal e não exclusivamente. Já antecipando o que teria que vir na sequência e o que nos leva até este momento de hoje. Isso também, apesar do acordo feito lá na Casa Civil, depois os Deputados votam no Plenário, isso é fato, também não me sinto incomodado com isso, mas a linha de tempo é essa que estou colocando de forma muito correta e verdadeira. Aí quando chega essa questão das funções privativas, que é fundamental serem definidas, votamos a favor do Projeto, porque ele é mais um complemento, desde a criação do órgão, desde a transformação do policial penal.

Só que a hora que você olha os anexos da mensagem do Governo, caros Deputados e Deputadas, você enxerga ali diretorias e chefias, que no nosso modo de entender e de outros Deputados, é a bem da verdade a Deputada Mabel e o Deputado Fruet vieram me comunicar que estavam retirando as assinaturas, entendo perfeitamente e agradeço a franqueza, acho que é assim que as coisas funcionam aqui. Entendo que você não pode tornar exclusivo e o que propus nessa emenda, com outros Deputados, é o acréscimo no parágrafo, onde colocamos que aquelas funções assistenciais e administrativas não sejam exclusivas da função do policial penal, sejam privativas deles. Ontem citei uma série de setores, como a diretoria de saúde, a divisão de especialidades médicas, a área de reinserção, a área de recursos humanos, outras situações são poucas dentro do universo dos anexos. De forma nenhuma questionamos a capacidade. Sei que muitos policiais penais se especializam. Isso é importantíssimo. Agora, a especialização de um profissional, qualquer que seja ele, e me deparava muito com isso na Secretaria da Saúde, porque lá criamos o quadro próprio do servidor da saúde, que não existia. Lá deixamos atualizadas as progressões e promoções, criamos diretoria de enfermagem, para que os enfermeiros dos hospitais do Estado não ficassem subordinados à direção clínica. A direção clínica, inegavelmente, é uma área de atuação do médico. Assim como criei a diretoria de assistência farmacêutica, para ter farmacêutico conduzindo a discussão da ciência farmacêutica. E reenquadramos quase 900 servidores que entraram por concurso público em nível médio e foram colocados, em uma dessas fábulas que muitas vezes fazem, no nível elementar. Então, tenho um compromisso e um respeito muito grande pelo servidor público. Fui demitido da minha carreira em uma greve de três dias em 1988. E isso traz um prejuízo enorme à minha aposentadoria daqui a alguns meses. Servidor público aqui atuante acho que só três, ou quatro. Então, tenho um respeito muito grande por todos os servidores, por todos. Em nenhum equipamento público deste Estado, em qualquer área, saúde, educação, segurança, meio ambiente, agricultura, por mais conteúdo que alguma categoria profissional possa achar que tem, não pode passar por cima do trabalho em equipe e do trabalho multiprofissional. Por isso, a minha emenda é que as áreas

assistenciais e administrativas sejam retiradas do conjunto de direção e chefias privativas do policial penal e que sejam discutidas, em uma lei subsequente, onde passamos permitir, porque do jeito que está não vai acontecer, permitir, por exemplo, que um médico seja diretor da área da saúde lá no sistema prisional. Permitir que a divisão de especialidades médicas tenha, obviamente, um médico. Agora me deparei, muitas vezes, lá como gestor que fui da saúde do Estado, com pessoas que entraram no concurso como técnico em enfermagem e, querendo ganhar conhecimento e capacitação, formaram-se enfermeiros. Só que, por maior que seja esse conhecimento, lá na carreira, transposição é inconstitucional. E aprovar do jeito que está vai dar margem a uma série de dificuldades. Não é da minha parte não, já sei que têm vários Conselhos de Classe da área da saúde que estão se mobilizando. Ou seja, podemos resolver uma situação por unanimidade aqui, preservando o que é indiscutível, e deixar para o que tem discussão e não é inconstitucional, porque ontem alguns aqui argumentaram comigo que a minha emenda era inconstitucional, mas não é, tanto que foi aprovada pela unanimidade lá na Comissão, e agradeço, novamente, isso. Agradeço ao Jacovós, que relatou, ao Líder do Governo. Agradeço a possibilidade, inclusive, de terem retirado, já falei isso aqui publicamente, Marcel, de ter retirado para que pudéssemos, por conta do tempo que correu muito, por conta de quando terminou a Comissão de Saúde. Então, esse é o meu posicionamento. Respeito quem me respeita e grande parte das pessoas aqui me respeitam, e também respeito... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Michele, já pode usar o microfone que já voltou.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Só para complementar, porque acho que hoje temos uma pauta extensa, de dizer, novamente, os meus respeitos. E também, Marcel, dizer do meu aborrecimento por não ter chegado aqui ainda a mensagem. Vamos ficar aqui até quanto tempo quiser, porque a questão é extremamente meritória. Agora, não acho que uma mensagem tão simples de ser elaborada, que se aguarda há muito tempo, tenha que ter propiciado aqui nesta

Assembleia Legislativa o que ela propiciou, porque se a Oposição aqui tivesse apostando no quanto pior melhor, eles se retiravam do Plenário algum tempo atrás e não dava esse quórum. Então, essa é uma questão importante para todos nós e ninguém vai fazer isso aqui, até porque não voto Situação, Oposição. Todo mundo sabe qual é a minha posição. Então, quero que fique registrado aqui também o meu aborrecimento por uma mensagem tão simples, porque parece, às vezes... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador para encaminhar, Deputado Delegado Jacovós.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Senhor Presidente, demais pares. O Deputado Caputo é um Deputado muito respeitado aqui nesta Casa, tem uma inteligência muito grande, poder de convencimento também, mas é preciso deixar bem claras aqui algumas coisas. Quando, em nível federal, instituiu-se uma emenda constitucional criando a Polícia Penal, lá ficou definitivamente definido – uma redundância, mas temos que dizer – que policial penal gere o sistema penal da questão da administração dos presos. Então, qual é o argumento hoje desse pessoal que temos que respeitar, que entrou? São os técnicos, são os psicólogos, temos dentistas, que eles, em tese, em algum momento, eles serão comandados ou serão dirigidos por policiais penais que, por enquanto, é necessário para ingresso do sistema, digamos assim, o ensino médio, não é necessário o ensino superior. Então, em algum momento um que tem curso superior estaria sendo gerido por alguém que não tem curso superior. Com todo o respeito, hoje os policiais penais do Estado do Paraná, 96%, todos têm curso superior. Para se ocupar a direção de um estabelecimento penal já tem a diretriz interna que tem que ter curso superior. Então, esse argumento não é válido. Esses atuais técnicos do sistema penal são um cargo em extinção. Quando os atuais se aposentarem, não haverá mais ingresso dessa forma. Eles precisarão, primeiro, fazer concurso, entrar como policiais penais é psicólogo, quero ser policial penal. Entra como policial penal, faz o concurso para policial penal e aí se tiver lá na estrutura um setor lá onde tem que ter um psicólogo, aí ele entra como policial penal, ele é

psicólogo, ele vai comandar, mas, em hipótese alguma, pela Constituição, pela Emenda Constitucional, aquele que não seja policial penal pode comandar setores da Polícia Penal. Seria a mesma coisa que dentro da Polícia Civil o Delegado de Polícia não comandasse a Polícia Civil e que tivéssemos ali ingresso, que também temos na Polícia Civil, pessoas que trabalham. Temos o setor lá que faz o atendimento psicológico. E que o médico lá fosse comandar a Polícia Civil. Então, na Polícia Militar, quem comanda a Polícia Militar, são os oficiais da Polícia Militar. Temos um imenso respeito aos técnicos que estão trabalhando no sistema, mas não é possível que o policial penal, que ingressou por meio de concurso público, está na Emenda Constitucional, tenha que ser dirigido, todos os setores, por policiais penais. Então, com a devida vênia ao Caputo, a esses nobres técnicos que atuam no sistema, não é possível passar essa emenda colocando direções do sistema penal para serem dirigidos por esses técnicos. Tem que ser, dentro da estrutura, por policiais penais. Então, encaminhamos aqui pelo Governo, o Líder pediu que encaminhasse aqui “não” à emenda do nobre Deputado Caputo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Soldado Fruet, para encaminhar.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, só para um esclarecimento, não retirei a minha assinatura da emenda do Deputado Michele porque entendo que tenha que ter uma discussão sim, porque é muito importante. Sempre fui defensor dos servidores públicos aqui dentro desta Assembleia Legislativa aqui. Declaro meu voto contra a emenda, porque entendo que não tem argumento. Por que um que tem 2.º grau vai comandar um que tem 3.º grau? Tenho 2.º grau com muito orgulho e comando o meu chefe de gabinete que tem curso superior. Meus assessores têm curso superior. Isso aí não dificulta em nada a educação com o outro. Então, acho que isso aí não é uma coisa plausível para ter que retirar uma emenda. Acho que é mais uma questão de ego. E nossos policiais penais, sim, 90% e poucos têm curso superior. Acho que polícia tem que comandar polícia. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos à votação, Sr.^s Deputados. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): Presidente, queria aqui também fazer, rapidamente. Primeiro, a demonstração que esta Casa é plural e que temos os direitos de fazer o contraditório e ter a liberdade de dar as nossas posições, trazer as nossas posições. Quero aqui, primeiro saudar o Deputado Michele Caputo, que é um homem probo, responsável, grandes contribuições deu ao nosso Estado, deu a ele a oportunidade para que pudesse fazer a emenda para que pudesse ser discutida nesta Casa, e ele fez a sua sugestão, mas temos responsabilidades, interpretamos que prejudica o Projeto, mas quero dizer ao Deputado Michele, que é um grande homem, um grande Deputado, e esta Casa tem que dar o direito, sim, para que possamos trazer as nossas contribuições, sugestões, para que todos os nossos Deputados e Deputadas possam fazer sua avaliação. Então, quero dizer ao Deputado Michele Caputo que tenho todo o respeito por ele, por todas as contribuições e por esse posicionamento que teve aqui hoje, muito responsável e corajoso de trazer a sua contribuição e tentar fazer o convencimento. Mas quero aqui pedir a todos os nossos Deputados da Base, ouvindo todos da área penal, que a emenda do Deputado Michele prejudica o Projeto. Então, quero fazer um apelo aos Deputados da Base, todos os Deputados, com convicção, que votemos “não” à emenda do Deputado Michele Caputo.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição entende que se o Projeto fosse tratado com mais tempo, ele teria conseguido atender às duas classes dos trabalhadores. A Oposição é formada principalmente por Deputados do Partido dos Trabalhadores, Partido que defende todas as categorias de trabalho, todos os sindicatos, porque entendemos o papel do servidor e da servidora no funcionamento do Estado. Aqui quem votar “sim” ou votar “não”, no nosso

entendimento, não está votando contra ou a favor do “A”, ou do “B”, há uma composição de entendimento, explicada aqui pelo Deputado Michele Caputo, que é um Deputado competente, e explicado aqui pelo Deputado Marcel Micheletto. Alguns termos colocados no Projeto realmente, realmente atrapalham o entendimento de ambos os lados, e aqui, ao se interpretar, pode-se ter duplas interpretações. A Oposição, por exemplo, composta por seis Deputados, está rachada no entendimento. Vou liberar a Bancada e cada um tome a sua decisão, mas nós do PT defendemos todos os sindicatos, todos os trabalhadores de forma igual, e o Projeto anterior tem o nosso apoio total, 100%, e esse infelizmente terá divisão.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Então, vamos à votação. Ainda pendentes os votos dos Deputados Arilson, Bazana, Coronel Lee, Delegado Jacovós, Goura, Michele Caputo, Paulo Litro, Tadeu Veneri, Tião Medeiros. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Arilson Chiorato, Goura, Michele Caputo, Requião Filho e Tadeu Veneri (5 Deputados); **Votaram Não:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Homero Marchese, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (31 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Francisco Buhrer, Gilson de Souza, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda e Tião Medeiros (18 Deputados).] Com 5 votos favoráveis e 31 votos contrários, **está rejeitada a emenda.**

Senhores Deputados, Sr.^{as} Deputadas, para que possamos votar as mensagens que vão chegar e estamos aguardando, fiz um entendimento há pouco, vamos suspender a Sessão no tempo necessário para que aguardemos a chegada das

mensagens. Peço aos Sr.^s Deputados, por favor, que assim que reabrirmos a Sessão todos estejam presentes.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, havia feito uma questão de ordem sobre a realização de uma reunião da CCJ enquanto a Sessão Ordinária estava instalada. Peço ao senhor que anule, portanto, essa reunião da CCJ que foi feita, para que possa ser feita outra.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Exatamente, Deputado. Procede a sua questão de ordem.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Possa ser feita em Plenário, Sr. Presidente. A CCJ pode ser feita em Plenário.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Procede. Então, está suspensa a Sessão por tempo indeterminado.

(SESSÃO SUSPENSA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Está reaberta a Sessão. Deputado Marcel, precisamos convocar os Sr.^s Deputados, porque vejo que temos aí um número bem limitado. Solicito ao Deputado Romanelli que faça a leitura das Mensagens que acabam de chegar à Mesa.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSD): Senhor Presidente, recebemos duas Mensagens do Poder Executivo. A primeira Mensagem n.^º 52/2022, do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.^º 292/2022), “Nos termos dos art.^s 65 e 66 da Constituição do Estado do Paraná, submete à deliberação desta Casa de Leis texto de anteprojeto que visa promover a revisão das carreiras técnico-universitárias e do magistério público de ensino superior do Paraná, a fim de valorizar os servidores e garantir melhora na estrutura e nos mecanismos de desenvolvimento funcional, principalmente em face à atual defasagem verificada em suas estruturas. A presente proposta visa

garantir que a carreira dentro das instituições de ensino superior do Estado do Paraná seja atrativa e promissora, elementos primordiais para a manutenção da qualidade dos serviços prestados, evitando-se assim a desmotivação funcional e ineficácia administrativa, engessamento na gestão de pessoas, demandas judiciais em massa e questionamentos por parte dos órgãos de fiscalização e controle. Então, segue aqui, agora, para poder fazer a análise das Comissões. Além disso, Sr. Presidente, também recebemos a Mensagem n.º 53/2022, do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 293/2022), que submete nos termos dos art.^s 65 e 66 da Constituição do Estado do Paraná Projeto de Lei que objetiva alterar dispositivos da Lei n.º 1.366, de 5 de junho de 2022, para instituir o cargo de agente de segurança socioeducativo no quadro próprio do Poder Executivo e o PPE é extinguido, por consequência, à função correspondente. Inicialmente cabe esclarecer que a função de Agente de Segurança Socioeducativo estava inserida no cargo de Agente de Execução. Referida função tinha como um dos componentes do vencimento a gratificação de atividades penal, correcional e intramuros, Gadi, gratificação transitória concedida em condições excepcionais de prestação de serviço e por consequência não incorporável na atividade". E aí nesse contexto seguem aqui as demais explicações, Sr. Presidente. São as duas mensagens que recebemos do Poder Executivo e que já podem ser analisadas pela Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Senhores Deputados e Deputadas, uma vez lidas as mensagens, vou novamente suspender a Sessão para que a CCJ possa se reunir aqui... Então, vamos aos três últimos Projetos e na sequência a CCJ se reúne.

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 375/2021, de autoria do Deputado Cobra Repórter, que concede ao município de Londrina o Título de Capital Estadual da Agrotecnologia e Inovação. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Substitutivo geral da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos votar, Sr.^s Deputados. Está em Sessão Ordinária! Deputado Marcio pendente, Plauto Miró, Requião Filho, Soldado Adriano, Tadeu Veneri, Tiago Amaral, Tião Medeiros, Coronel Lee, Dr. Batista. Questão de Ordem, Deputado Artagão.

DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR (PSD): Em reunião aqui os Deputados entenderam o porquê do atraso da Mensagem hoje, foi única e exclusivamente para não descobrirmos quantos caminhões o Marcio estaria entregando.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): A questão de ordem será respondida pelo próprio Parlamentar, Marcio Nunes. Deputado Soldado Adriano, seu voto, por favor! Soldado Adriano, Tião Medeiros, Tadeu Veneri. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Goura, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini e Tiago Amaral (33 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Dr. Batista, Francisco Buhrer, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nereu Moura, Reichembach, Requião Filho, Tadeu Veneri e Tião Medeiros (21 Deputados).]** Com 33 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 375/2021.**

ITEM 8 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 279/2022, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara a manifestação cultural e religiosa da Festa do Divino Espírito Santo de Guaratuba como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança pede voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Soldado Adriano registra a presença do Vereador de Mandaguari na Casa, Sidnei Silva, Chiquinho. Sejam bem-vindos. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cobra Repórter, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Goura, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Paulo Litro, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini e Tiago Amaral (33 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Dr. Batista, Francisco Buhrer, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Marcio Pacheco, Maria Victória, Nereu Moura, Plauto Miró, Reichembach, Requião Filho e Tião Medeiros (21 Deputados).] Com 33 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 279/2022.**

ITEM 9 – 1.ª Discussão do Projeto de Decreto Legislativo n.º 5/2022, de autoria da Comissão Executiva, que reconhece para os fins do disposto no art. 65 da Lei Complementar Federal n.º 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência de estado de calamidade pública nos termos da solicitação do Governador do Estado do Paraná encaminhada por meio da Mensagem n.º 51, de 27 de junho de 2022. Regime de

urgência. Este Projeto realmente, como a CCJ foi suspensa, será retirado da pauta.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 2157/2022, do Deputado Plauto Miró, solicitando dispensa de votação de Redação Final para o Projeto de Lei n.º 248/2022 da Ordem do Dia.

Aprovado o Requerimento. (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 2159/2022, do Deputado Marcio Pacheco, solicitando envio de moção de louvor e aplausos ao estudante ubiratanense Gabriel Cesar Luiz Rigolin, pela conquista do 1.º lugar no Paraná no concurso Jovem Senador;

Requerimento n.º 2161/2022, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o registro

e o envio de menção honrosa aos familiares do Sr. Metry Bacila; **Requerimento n.º 2163/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e envio

de votos de louvor e congratulações com menção honrosa aos 10 anos da FIEB – Federação das Igrejas Evangélicas do Brasil; **Requerimento n.º 2164/2022**, do

Deputado Luiz Fernando Guerra, solicitando o envio de expediente ao Secretário

de Estado da Infraestrutura e Logística-SEIL, Sr. Fernando Furiatti Saboia, e ao

Diretor-Presidente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, Sr. Luiz

Fernando Garcia da Silva, requerendo a prorrogação dos prazos para recebimento

de contribuições das consultas e audiências públicas 2 e 3 de 2022 e a realização

da audiência na forma presencial e telepresencial; **Requerimento n.º 2167/2022**,

do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Secretário de

Estado da Infraestrutura e Logística e ao Diretor do DER/PR, requerendo

providências para a construção de um viaduto na BR-369, no entrocamento com a estrada da Esperança, no município de Cambé.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 2166/2022**, do Deputado Arilson Chiorato, requerendo a inclusão na pauta da CCJ dos Projetos de Lei n.ºs 918/2019, 96/2020 e 339/2021.

Justificativas de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 2165/2022**, do Deputado Boca Aberta Junior, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária de 29 de junho de 2022.

Requerimento prejudicado.

Requerimento n.º 2162/2022, do Deputado Marcel Micheletto, solicitando dispensa de votação de Redação Final ao Projeto de Decreto Legislativo n.º 5/2022. **Requerimento prejudicado.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando duas **Sessões Extraordinárias** na sequência e uma **Sessão Ordinária** para segunda-feira, dia 4 de julho de 2021, à hora regimental, e com a seguinte **Ordem do Dia**: Redação Final do Projeto de Lei Complementar n.º 5/2022 e dos Projetos de Lei n.ºs 362/2016, 262/2019, 760/2019 e 43/2022; 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 452/2021; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 375/2021, 492/2021, 31/2022 e 279/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 409/2020, 343/2021 e 754/2021 e do Decreto Legislativo n.º 5/2022.

Agora, sim, a CCJ pode reunir-se, como também as demais Comissões pertinentes. Uma vez concluídas as reuniões, retornaremos à Sessão.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 12h40, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)